

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Provu Sociedade de Crédito S.A. ("Provu SCD"), relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhada das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .

Provu Sociedade de Crédito Direto S.A., foi constituída em 1º de junho de 2021, e tem por objeto a originação de operações de crédito voltadas ao atendimento das necessidades do consumidor brasileiro na faixa etária de 18 a 70 anos, especialmente aqueles com conexão à internet e que não tem acesso ao crédito (aproximadamente 30% da população brasileira), provendo-lhes capacidade financeira para o desenvolvimento e consolidação de suas atividades. Tem como meta, propiciar maior acesso e melhor fluidez do crédito, contribuindo para a elevação do nível de concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A estratégia de atuação da Provu SCD, visa promover através de ações conjuntas com a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. ("Provu Corban"), orientação ao crédito empresarial e ações de marketing e publicidade, além do acesso ao crédito em condições competitivas em relação àquelas praticadas no mercado, contribuindo para a redução do *spread* bancário. Com esta política busca gerar maiores condições de sustentabilidade para os pequenos negócios.

A Provu SCD tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Provu Corban por meio de uma integração vertical de ponta a ponta, o que permitirá uma expansão mais eficiente, bem como a oferta de crédito e outros serviços financeiros para uma gama maior de consumidores. O diferencial mais relevante é o desenvolvimento de uma plataforma de empréstimo digital que possibilita a completa desburocratização na concessão do crédito, pois toda a solicitação de empréstimo e acompanhamento das etapas de processamento da operação é feita pelo interessado, por intermédio de plataforma eletrônica (Web), utilizando-se smartphones, tablets ou computadores. A automação de todo o processo, inclusive a ferramenta de aprovação de crédito, permite aumento significativo na escala dos negócios, expandindo a oferta de crédito por meio de diferentes produtos: empréstimos pessoais sem garantia, com garantia (exemplo: financiamento imobiliário), crédito consignado e crédito direto ao consumidor ofertado eletronicamente ("e- CDC") nas plataformas de e-commerce dos estabelecimentos comerciais.

Em conformidade com a regulamentação aplicável, uma estrutura de governança foi estruturada com o apoio de consultoria externa. Foi implantada uma política de segurança cibernética para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas da Provu SCD. Adicionalmente, a Provu SCD tem um plano de ação e resposta a incidentes, que indica as medidas a serem tomadas para manter as estruturas organizacionais e operacionais em conformidade com os princípios e diretrizes da política. Da mesma forma, mecanismos de monitoramento e controle para garantir a conformidade com os requisitos na contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. A Provu SCD dá forte ênfase em segurança, não somente no que se refere à proteção das informações e dados dos clientes, como também garantindo a melhoria contínua e sendo capaz de combater crimes e ataques cibernéticos, e qualquer outra ameaça virtual. Em especial, asseguramos completa conformidade com os termos da Lei n° 13.709 de 14 de agosto de 2018, que trata especificamente sobre o tratamento de dados pessoais. Por fim, foi formalizado um programa de compliance que incluiu políticas e procedimentos específicos para aplicação nas atividades da Provu SCD. Procedimentos são constantemente adaptados e atualizados para atender os requisitos regulatórios brasileiros.

São Paulo, 27 de março de 2024.

A Diretoria

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Provu Sociedade de Crédito S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Provu Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Provu Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações financeiras da Instituição findas em 31 de dezembro de 2023, que apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 11.187 mil e para a nota explicativa nº 1 onde a Administração apresenta o seu plano de recuperação operacional. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas, no pressuposto da continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Instituição continuar operando. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### Ênfase

#### Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Instituição reconheceu resultado com cessões de crédito no montante de R\$ 348 mil, sendo essas transações realizadas entre partes relacionadas. Caso essas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos das operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
	Explicativa				Explicativa		
Circulante		1.561	6.986	Circulante		214	4.461
Caixa e Equivalente de Caixa	4	1.511	930	Instrumentos financeiros		-	2.196
Disponibilidades	4.1	207	930	Obrigações por empréstimos e repasses	8	-	1.950
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.2	1.304	-	Credores		-	246
Instrumentos Financeiros		9	4.303	Outras obrigações	9	214	2.265
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	4.117	Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		-	8
Operações de Crédito	6	9	186	Fiscais e previdenciárias		4	18
Empréstimos Concedidos		30	338	Diversas		210	2.239
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(21)	(152)	Patrimônio líquido	11	1.347	2.525
Outros Ativos	7	41	1.753	Capital:		12.534	12.534
Outros Créditos - Diversos		41	15	De domiciliados no país		12.534	8.488
Despesas Antecipadas		-	1.738	Aumento de Capital		-	4.046
				(Prejuízos Acumulados)		(11.187)	(10.009)
Total do Ativo		1.561	6.986	Total do Passivo		1.561	6.986

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Sérgio Ferraz dos Santos  
CRC 1SP179881/O-5



# PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

## Demonstrações de resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Segundo semestre 2023	Exercício	
			2023	2022
Receitas da intermediação financeira		182	588	421
Operações de crédito		109	378	117
Resultado de títulos e valores mobiliários		73	210	304
Despesas da intermediação financeira		-	(94)	(152)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	(94)	(152)
Resultado bruto da intermediação financeira		182	494	269
Outras receitas /(despesas) operacionais		(184)	(1.672)	(8.349)
Despesas de pessoal	13	-	(1)	(4.001)
Outras despesas administrativas	14	(403)	(1.877)	(4.259)
Despesas tributárias		(9)	(23)	(118)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		4	4	(973)
Outras receitas operacionais		224	227	1.011
Outras despesas operacionais		-	(2)	(9)
Resultado operacional		(2)	(1.178)	(8.080)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(2)	(1.178)	(8.080)
Imposto de Renda	10	-	-	-
Contribuição Social	10	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	-	-	-
Prejuízo do semestre/exercício		(2)	(1.178)	(8.080)
Número de ações		9.000.000	59.656.499	23.975.725
Prejuízo por ação		(0,00)	(0,01975)	(0,33701)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Sérgio Ferraz dos Santos  
CRC 1SP179881/O-5

# PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre 2023	2023	2022
Resultado Líquido semestre/exercício:	(2)	(1.178)	(8.080)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Período/Exercício:	(2)	(1.178)	(8.080)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Sérgio Ferraz dos Santos  
CRC 1SP179881/O-5

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de julho de 2023	12.534	-	-	(11.185)	1.349
Prejuízo do semestre	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	<u>12.534</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.187)</u>	<u>1.347</u>
Mutações no semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023	8.488	-	-	(10.009)	(1.521)
Aumento do Capital Social	4.046	-	-	-	4.046
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.178)	(1.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>12.534</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.187)</u>	<u>1.347</u>
Mutações no exercício	<u>4.046</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.178)</u>	<u>2.868</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.000	-	-	(1.929)	1.071
Aumento de Capital Social	9.534	-	-	-	9.534
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.080)	(8.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>12.534</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.009)</u>	<u>2.525</u>
Mutações no exercício	<u>9.534</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.080)</u>	<u>1.454</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo Semestre 2023	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado do semestre e exercícios	(2)	(1.084)	(6.955)
Prejuízo do semestre e exercícios	(2)	(1.178)	(8.080)
Ajustes:			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	94	1.125
(Aumento) Redução nos subgrupos do ativos operacionais	(30)	5.912	(4.678)
Instrumentos Financeiros Ativos	-	4.117	(4.389)
Operações de crédito	(5)	83	
Outros créditos	(25)	1.712	(289)
Aumento (Redução) nos subgrupos do passivos operacionais	(52)	(4.247)	1.545
Instrumentos financeiros passivos	(169)	(2.196)	2.195
Outras obrigações	117	(2.051)	(650)
Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	(84)	581	(10.088)
Aumento de capital	-	-	9.534
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	-	9.534
Aumento (redução) em equivalentes de caixa	(84)	581	(554)
Caixa e Equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	1.595	930	1.484
No final do semestre/exercício	1.511	1.511	930
Aumento (redução) em equivalentes de caixa	(84)	581	(554)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Sérgio Ferraz dos Santos  
CRC 1SP179881/O-5

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

## 1. Contexto operacional

A Provu Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição” ou “Sociedade”), fundada em 11 de março de 2020 é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial de 19 de maio de 2021, retificado pelo Banco Central do Brasil para 1º de junho de 2021 e registrada na Receita Federal do Brasil em 7 de julho de 2021, após a aprovação final do Banco Central do Brasil. A Sociedade tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.909, Torre Norte - 18º andar, Vila Olímpia.

A Sociedade tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. por meio de uma integração vertical de ponta a ponta. Ela tem por objeto social a prática de:

- (i) Empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu próprio capital;
- (ii) Prestar serviços de análise e cobrança de créditos, bem como atuar como representante na distribuição de seguros relacionados às operações mencionadas no Item (i) acima; e
- (iii) A emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018.

A estratégia da Provu SCD SA deve ser analisada no contexto do seu grupo empresarial que é formado por outras empresas operacionais e por seus acionistas.

Referidas empresas são gerenciadas por profissionais altamente qualificados e com grande experiência na área de crédito ao consumidor. Trabalhamos com planejamento de longo prazo que busca a maximização de valor para os acionistas, sempre atentos às oportunidades e às adversidades das conjunturas econômicas do setor.

Recentemente, no primeiro semestre de 2023, com o aumento da inadimplência no mercado de crédito, decidimos adotar uma política de crédito mais restritiva, renunciando aos maiores volumes de concessão. Enxergamos esse momento como uma oportunidade para redução das despesas operacionais, alcançando a marca de 40% ao longo do ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

Para 2024 continuamos cautelosos, com foco ainda maior no monitoramento da liquidez. Nossa estratégia está focada no crédito pré-aprovado para clientes com contratos ativos e contratos liquidados, por meio de um CRM interno.

Com essa estratégia de priorização na qualidade do crédito conjugada à uma operação mais leve, estamos construindo as condições necessárias para um crescimento sustentável à medida que a conjuntura econômica se mostre novamente favorável.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade e foram aprovadas em 27 de março de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços.

b) Disponibilidade

Disponibilidades (que compreendem o caixa e as contas correntes de bancos), aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- (iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação tampouco como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

d) Instrumentos financeiros

Operações de crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco. Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Sociedade, quando devido, reconhece a baixa para prejuízo das operações com mais de 180 dias vencidas para todas as operações de crédito realizadas.

As operações de crédito baixadas para prejuízo, quando devidas, serão mantidas durante 5 anos em conta de compensação até que todos meios possíveis de cobrança sejam realizados e forem esgotados.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nºs 4.803/20 e 4.855/20 do Conselho Monetário Nacional.



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

e) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e tampouco divulgadas.

f) Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com suas atividades típicas. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve resultados não recorrentes.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da Contribuição Social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2023 as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários no montante de R\$ 207 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2022).

4.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 os recursos de liquidez imediata disponíveis, estão aplicados em Certificados de Depósitos Bancários, no montante de R\$ 1.304 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade possuía Letras Financeiras do Tesouro - LFT, que estavam vinculados ao seu aumento de capital, sujeitos à homologação do Banco Central do Brasil. Os títulos foram desvinculados pela autarquia e negociados, no primeiro semestre, após homologação, conforme a seguir:

	Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Circulante					
Carteira própria					
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2028	-	-	4.071	4.117
Total		-	-	4.071	4.117

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

6. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

	Faixa de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimo - crédito pessoal	Até 1 ano	33	379
Rendas a apropriar - crédito pessoal	Até 1 ano	(3)	(41)
		30	338
Saldos iniciais		(152)	-
Constituição de perda esperada associada ao risco de crédito		(85)	(152)
Operações baixadas para prejuízo		216	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(21)	(152)
Total		9	186

Classificação das operações de crédito por níveis de risco em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Classificação de risco	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	7	-	79	(1)
B	-	-	33	(3)
C	-	-	40	(12)
D	-	-	90	(45)
E	-	-	17	(12)
F	-	-	-	-
G	4	3	-	-
H	19	18	79	(79)
Total	30	21	338	(152)

As operações da Instituição, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram realizadas 100% com pessoa física, sem garantia e não ocorreram renegociações.

Empresa vem realizando operações de crédito com seus clientes, e realizando a cessão de créditos, sem coobrigação.

## PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

### 7. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - diversos	41	15
Devedores diversos - País	6	6
Impostos e contribuições a compensar / recuperar	35	9
Despesas antecipadas	-	1.738
AIG Seguros - Cibernética	-	526
AIG Seguros - D&O	-	109
AIG Seguros - Responsabilidade civil	-	1.103
Total	41	1.753

Os valores referentes a contratação de seguros foram concentrados na empresa do grupo, Provu Corban e por esse motivo não há valores de seguros em 2023.

### 8. Obrigações por empréstimos e repasses

Ao final do exercício anterior, a Sociedade possuía 4 contratos de mútuo com a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. (mutuante), totalizando R\$ 1.950, com prazos de pagamento em até 1 ano após a data de transferências do montante, cujo valor total fora totalmente quitado em 28 de março de 2023.

### 9. Outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	-	8
IOF a recolher sobre empréstimo	-	8
Fiscais e previdenciárias	4	18
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	3	4
Outros	1	14
Diversas	210	2.239
Seguros	-	2.127
Comissão Provu Serviços de ADM e Correspondentes Bancários S.A.	18	93
Outros fornecedores	24	7
Credores diversos - País	168	12
Total	214	2.265

## PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

### 10. Imposto de Renda e Contribuição social - corrente e diferido

#### Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(1.178)	(8.080)
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	90	153
Base de cálculo	(1.088)	(7.927)
(-) Compensação de prejuízo fiscal 30%	-	-
Total	<u>(1.088)</u>	<u>(7.927)</u>
Imposto de Renda - 15%	-	-
IRPJ - 10% parcela adicional	-	-
Contribuição Social - 15% e 20%	-	-
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social no montante de R\$ 10.943 (R\$ 9.855 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 579 referente a diferenças temporárias (R\$ 485 em 31 de dezembro de 2022), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que não estão atendidos os critérios para o seu reconhecimento estabelecidos na Resolução do CMN nº 4.842/2020.

### 11. Patrimônio líquido

#### a. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 12.534 na data do balanço (R\$ 12.534 em 31 de dezembro de 2022), e está representado por 59.656.499 ações ordinárias (59.656.499 em 31 de dezembro de 2022), todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Provu SCD Participações Ltda. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

O aumento de capital deliberado em 29 de novembro de 2022, no montante de R\$ 4.046 com a emissão de 35.680.774 de novas ações, e que elevou o capital social de R\$ 8.488 para R\$ 12.534, representado por 59.656.499 ações ordinárias foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 23 de março de 2023.

## PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

### 12. Transações com partes relacionadas

- a) A Instituição possui como parte relacionada os valores conforme descrito a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante		
Provu Serviços de Adm. e Correspondentes Bancários S.A.	<u>6</u>	<u>6</u>
	6	6
Passivo circulante		
Provu Serviços de Adm. e Correspondentes Bancários S.A. - Comissões (i)	18	93
Provu SCD Participações Ltda. (ii)	12	12
Provu Serv. de Adm. e Correspondentes Bancários S.A. (iii)	-	1.950
Provu Serviços de Adm. E Correspondentes Bancários S.A. (iv)	<u>216</u>	<u>216</u>
	<u>246</u>	<u>2.271</u>

- (i) Refere-se à prestação de serviços de comissão;  
(ii) Refere-se a valor de conta corrente;  
(iii) Refere-se a valor referente a mútuo;  
(iv) Refere-se a valor de conta corrente.

- b) A Instituição gerou lucro com cessão de operações de crédito com o Prat 12 Captalys FIDC conforme descrito a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado com FIDC		
PRAT 12 CAPTALYS FIDC	<u>348</u>	<u>206</u>
	<u>348</u>	<u>206</u>

### 13. Despesas de pessoal

	Segundo		
	Semestre 2023	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Proventos	-	-	(2.889)
Encargos sociais	-	-	(780)
Benefícios	-	-	(330)
Treinamento	-	-	(2)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.001)</u>

Por decisão estratégica, a diretoria optou por manter toda folha na empresa do grupo, Provú Corban.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

14. Despesas administrativas

	Segundo Semestre		
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com processamento de dados	(232)	(454)	(615)
Despesas de comunicação	-	-	(6)
Despesas de publicação	(7)	(7)	(8)
Despesas com seguros	-	(865)	(2.058)
Despesa com serviços do sistema financeiro	(74)	(275)	(848)
Despesa com serviços técnicos especializados	(85)	(202)	(715)
Despesa com viagem no país	-	-	(2)
Outras despesas administrativas	(5)	(67)	(7)
	<u>(403)</u>	<u>(1.870)</u>	<u>(4.259)</u>

15. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A Sociedade está sujeita a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar sua solidez e perenidade. De maneira resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital tempestivamente, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, por meio de Área de Gestão de Riscos, com reportes a Alta Administração da Sociedade.

16. Outras informações

Auditoria independente

A política de atuação da Sociedade na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em:

- (a) O Auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- (b) O Auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente;

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

- (c) O Auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pelos Auditores Independentes tampouco por partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa que afetem a independência do Auditor.

#### 17. Análise de sensibilidade

A Sociedade, de maneira geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços de maneira prioritária em clientes pessoa jurídica, e dessa forma, seus riscos residuais são relacionados a riscos de crédito e operacional. Desde sua entrada em operação a Sociedade não teve nenhuma perda. A Sociedade possui já implementado processo de perdas operacionais:

Conta	Valor provável de realização ativo/(passivo)	Variação em função do risco - %	Obs.
Caixa e equivalentes	1.511	-	(a)
Operação de crédito	9	98%	(b)
	1.520		

- (a) Sem risco;  
(b) Risco estimado, com provisão constituída.

#### 18. Contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

Em relação às ações contrárias à Instituição que tenham risco de perda possível, estas não requerem provisão, e totalizam R\$ 144 de reclamações trabalhistas e R\$ 32 de reclamações cíveis.



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

## 19. Outros assuntos

### Plano de implementação dos requisitos da Resolução CMN nº 4.966/2021

O caixa da Instituição, é utilizado para a manutenção da carteira de créditos, que está concentrada em operações de *Buy Now Pay Latter*, que consiste em uma forma de pagamento a prazo. Estão alocados em depósitos bancários e em títulos de renda fixa.

Com a implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Administração passará a adotar o estudo baseado em safras, para determinar os novos percentuais de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a serem aplicados em cada faixa de atraso.

### Plano de implementação dos requisitos da Resolução CMN nº 4.966/2021:

O Banco Central do Brasil editou em conjunto com o Conselho Monetário Nacional a Resolução CMN, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por aquela autarquia.

Os estudos já desenvolvidos pela Administração, concluíram que os instrumentos financeiros atualmente existentes, tem como finalidade a liquidez da Instituição, e é a principal fonte de recursos para o desenvolvimento do seu objeto social, que é mercado de crédito, e serve tanto para a inicialização como para a manutenção da carteira, que está concentrada em operações de *Buy Now Pay Latter*, que consiste em uma forma de pagamento a prazo.

Tais instrumentos financeiros estão alocados em depósitos bancários e em títulos de renda fixa.

A Instituição, por princípio, não utiliza de nenhum instrumento financeiro derivativo, e por restrições regulamentares não presta avais ou fianças a terceiros.

A maior parte da carteira de créditos originada pela Instituição é cedida para outras entidades do mercado, não se constituindo instrumento financeiro ativo ou passivo.

A pequena carteira própria formada já possui provisão para as perdas esperadas em montante equivalente ao risco de perda na data do balanço, que totaliza R\$ 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Administração passará a adotar os seguintes critérios adicionais:

1. Estudo da carteira de crédito, quando houver, baseado em safras, para determinar os novos percentuais de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a serem aplicados em cada contrato ou em cada faixa de atraso;
2. Manutenção de recursos livres (caixa) em aplicações de alta liquidez;
3. Avaliação permanente de recursos tecnológicos e de pessoal que possam ser impactados pela implementação dos critérios emanados pela Resolução;
4. Análise permanente de valor para seus instrumentos financeiros, segregando custo amortizado de valor justo.

No cenário atual, a Administração avalia que a referida Resolução somente poderá trazer impactos no provisionamento para perdas das operações de crédito, assim que houver uma nova carteira em carregamento no seu ativo.

Dessa forma, a administração entende que não haverá necessidade de investimentos em pessoal. O fornecedor de software da Sociedade, que faz a gestão das operações de crédito, já tem previsto em seu contrato de prestação de serviços, o atendimento às atualizações solicitadas pelos órgãos reguladores.

Caso haja alteração significativa nesse cenário, sobretudo nas modalidades operacionais, os efeitos que possam ser causados pela Resolução serão observados.

No cenário atual, a resolução trará impacto apenas no provisionamento para perdas das operações de crédito.

Dessa forma, a Administração entende que não haverá necessidade de investimentos em pessoal. O fornecedor de software da Sociedade, que faz a gestão das operações de crédito, já tem previsto em seu contrato de prestação de serviços, o atendimento às atualizações solicitadas pelos órgãos reguladores.

Caso haja alteração significativa nesse cenário, sobretudo nas modalidades operacionais, os efeitos que possam ser causados pela Resolução serão observados.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2023 e 2022  
(Valores em milhares de Reais)

---

20. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que requeressem divulgação.

---

Felipe Gualberto Lemos  
Diretor

---

Sérgio Ferraz dos Santos  
Contador  
CRC 1 SP 179881/O-5